

# O fim da ilusão

Não poderia ter havido comemoração mais triste dos três anos de governo da Novíssima República do que a divulgação dos dados relativos ao desempenho da economia em 1987. O crescimento do Produto Interno Bruto em apenas 2,9% sepulta as ilusões heterodoxas e demonstra, com o rigor das estatísticas revistas pelo IBGE, que não há possibilidade de milagres quando se trata de economia. O magro resultado do desempenho da economia no ano passado, porém, não deve ser motivo de desânimo total: apesar de todos os pesares, a renda *per capita* dos brasileiros já se situa em torno dos 2.212 dólares norte-americanos (o que permite estabelecer uma renda mensal média de 3,2 salários mínimos *per capita*), e houve, estatisticamente pelo menos, aumento de 0,8% na renda dos brasileiros, quando comparada a 1986.

Esse aumento da renda, no entanto, mais do que de qualquer providência humana no bom caminho, resultou da queda da taxa de crescimento da população: a taxa decenal, inicialmente estimada em 2,4% ao ano, situa-se agora em torno dos 2,1%. A notícia é em si alívio, mas nem por isso tranqüilizadora: quando se vê a população aumentar todos os anos em quase três milhões de pessoas e o PIB brasileiro acusar aumento pouco superior ao da população, todos têm motivos para preocupar-se deveras. As razões para pensar com ansiedade no futuro podem ser encontradas fora dos números frios das estatísticas; ainda anteontem alto executivo japonês fazia advertência das mais dramáticas, a qual seguramente não será levada em conta por aqueles que estão preocupados em saber se ficam mais um ou dois anos no poder: "O excelente potencial de recursos naturais e humanos do País já não é em si suficiente para amenizar a pouca confiança dos investidores estrangeiros".

A amarga observação do sr. Joji Arai,

diretor de relações internacionais do Centro de Produtividade do Japão, reflete a desconfiança que se instalou na comunidade internacional de negócios desde o fim do período autoritário, mas especialmente a partir da Novíssima República. Apesar de o presidente da República poder, com justa razão, dizer que o crescimento médio da economia durante seu governo foi de 6,4% ao ano, ninguém se ilude com médias estatísticas quando se trata de tomar decisões empresariais que envolvem a aplicação de vultosas somas em moeda forte. Os investidores estrangeiros — e igualmente os nacionais, é bom frisar — têm presente que o governo Sarney se caracterizou pelo absoluto desrespeito às regras convencionadas no mundo dos negócios e pelo desejo infantil de afrontar a comunidade financeira internacional, decretando a moratória. Será difícil avaliar a repercussão da moratória sobre a queda do PIB em 1987 — embora se possa dizer que foi forte, dada a maior retração dos investimentos e a perda de reservas cambiais. Não haverá dificuldades, contudo, em estabelecer a correlação fortemente positiva entre o Plano Cruzado, de 1986, e a queda do PIB em 1987. As estatísticas levantadas pelo IBGE apontam, aliás, em sentido altamente negativo para o governo Sarney: de 1985 para cá, o crescimento do PIB tem declinado: no primeiro ano de novo governo, seguramente valendo-se do impulso que vinha do fim do governo Figueiredo, o PIB cresceu 8,4%; já em 1986, em plena euforia do Plano Cruzado, quando se exauriram as poupanças privadas na febre do consumo, a economia cresceu apenas 8%. A queda brusca, quase "queda livre", de 8% para 2,9%, espelha a verdade inofismável: não há crescimento que se apóie apenas sobre o consumo (eliminando as condições institucionais para o investimento) e sobre a inflação. A ilusão que venderam ao presidente Sarney, em fevereiro de 1986, custou caro à Nação.

É preciso verificar que mesmo esse

crescimento de 2,9% só foi possível porque a Agricultura puxou a economia, registrando um acréscimo de 14% sobre o ano anterior — enquanto a indústria só crescia 0,2%. Note-se, no entanto, que o crescimento agrícola indica muito mais o aumento do volume dos bens produzidos do que o aumento da renda dos produtores. Pensando-se em termos de renda, será preciso assinalar que os agricultores foram possivelmente o setor social que mais sofreu com o Plano Cruzado, vendo sua renda diminuir. Quantos não se descapitalizaram em 1987 ao vencer promissórias assinadas na ilusão de que não haveria mais correção monetária e os juros permaneciam no patamar de sonho em que a vontade de um ministro e a candidez de um presidente haviam fixado? Quantos não tiveram de vender as propriedades para honrar compromissos — não levando em conta o exemplo que o governo federal lhes dava ao decretar a moratória? Apesar de todos esses percalços, a produção agrícola cresceu — e a prova de que foi em volume e não em renda está em que malgrado os 14% registrados pelas estatísticas do IBGE, a Agricultura não teve condições de servir de alavancas para o crescimento industrial.

Uma última observação: o governo Sarney fez do social a sua marca registrada (não se sabe se do social, ou se do litro de leite). Apesar disso, durante esses três anos prestou pouca importância à construção civil e ao atendimento das necessidades vitais de moradia dos setores menos favorecidos da população. Se em 1986 o crescimento da construção civil — graças aos apartamentos de luxo — foi de 17,7% (comparados aos 11,3% de 1985), em 1987 a queda foi de fato livre: ela registrou desempenho negativo de 3,9%. Em outras palavras, além de haver criado as condições para que a inflação andasse solta, o governo Sarney nada fez para minorar as condições de vida da classe trabalhadora. Pelo menos até agora...